

É precoce a discussão sobre elevação nos juros

» BENITO SALOMÃO

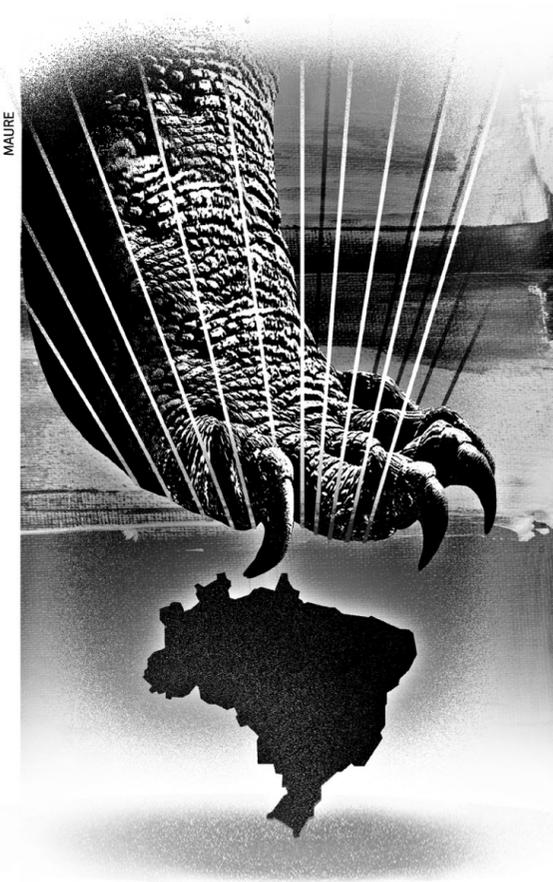
Professor de macroeconomia no Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia

Após a divulgação dos dados mais recentes do PIB, que surpreendeu positivamente no 2º trimestre e produziu uma onda de reestimativas da atividade para o ano de 2024, também dos dados do desemprego, que vêm sinalizando as menores taxas da última década, um conjunto de economistas vem alertando para a necessidade de o Banco Central (BCB) elevar juros. Será realmente isso necessário?

Os economistas que sustentam que a política monetária deve passar por um ciclo de aperto, olhando puramente para os dados do produto e do emprego, o fazem baseados na clássica abordagem da Curva de Phillips (CPh), que sustenta uma relação inversa entre inflação e desemprego. Existem alguns problemas em se propor políticas baseadas nessa abordagem teórica. O primeiro deles é que, empiricamente falando, o formato da CPh só é conhecido a posteriori. Portanto, é difícil propor uma política em um determinado momento do tempo quando não se sabe *ex ante* quais são as reais relações paramétricas entre desemprego, salários reais e inflação.

Um segundo problema relacionado a essa abordagem teórica é que ela vem constantemente sendo revista para incorporar elementos da fronteira do conhecimento. De forma que, entre o artigo inicial de Alban Phillips em 1958 e os atuais modelos que demonstram uma CPh de formato flat, muitos elementos foram incorporados, como o papel das expectativas, das regras de política, das fontes de rigidez nominal e real de preços e salários, entre outros.

Olhando para a política monetária, desde julho do ano passado, o BCB vem reduzindo gradualmente a taxa Selic, que caiu de 13,75% para 10,5%. A inflação nesse mesmo período convergiu para o dentro da meta, em que pese ainda esteja distante do centro. No último mês, o IPCA veio negativo, o que dá um certo alívio para performance de curto prazo desse



indicador. As expectativas para o ano colocam o IPCA perto do teto da meta, segundo o último Focus, a inflação esperada para dezembro é de 4,35%. Embora haja riscos para a inflação no médio prazo.

Por exemplo, os efeitos da seca sobre o preço da energia terão impactos prolongados? E o preço dos alimentos como irão se comportar diante dos choques climáticos recentes? Some a isso o processo de desvalorização do real frente ao dólar que pode repercutir sobre os preços domésticos pelo canal das importações mais caras. A inflação de serviços também pode ser pressionada

pelos efeitos do desemprego baixo sobre os salários reais. Todos esses fatores compõem a cesta de riscos inflacionários que podem, em algum momento, se manifestar nos dados.

Enquanto esses fatores estiverem restritos ao campo dos riscos, o BCB não deve mover a taxa de juros. É preciso ressaltar que isso não é um sinal de leniência com a inflação. Os bancos centrais têm à sua disposição dois tipos de instrumentos: os juros são os instrumentos contracionistas, porém há outros, como os comunicados, as atas e os guidances, que são não contracionistas. De forma que a operacionalização da política monetária deve começar pelo uso da segunda família de instrumentos, deixando elevações de taxas de juros apenas para casos estritamente necessários.

Deve-se, ainda, destacar que a política monetária no Brasil já se encontra há bastante tempo no campo contracionista. Segundo estimativas recentes do próprio BCB, a taxa neutra de juros (que iguala a demanda ao PIB potencial) está próxima aos 5%. Mantido o patamar de 10,5% da Selic, e uma inflação prevista de 4,3% para o ano, a taxa real de juros no Brasil hoje é de 6,2% — ou seja, em torno de 1,2% acima da neutra. Essa não é uma dose baixa de contração monetária, e a pergunta que deve ser respondida é: base-

ado nisso, será que o país precisa de uma dose maior de contração monetária para manter o processo convergência inflacionária para o centro da meta?

Este autor faz parte do grupo de economistas que acredita ser possível manter o processo de desinflação da economia mantendo a taxa de juros nos patamares atuais. Enquanto isso, o Banco Central deve monitorar os riscos já mencionados, se valendo de seus comunicados para dissuadir eventuais pressões inflacionárias oriundas de possíveis choques. Há uma certa dose de açodamento no debate sobre juros no Brasil.

Uma pesquisa inovadora e uma chance à sustentabilidade

» PERPÉTTUA ALMEIDA

Diretora de Economia Sustentável e Industrialização na Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Foi deputada federal pelo Acre por quatro mandatos

Desde menina, me acostumei a ver fumaça no céu e a tossir com a fuligem das queimadas. Isso só acontecia no fim do mês de setembro, quando a certeza do início do período chuvoso na Amazônia obrigava o pequeno agricultor a encoiar o roçado aberto ou a tocar fogo em pedaços de mata para abrir o roçado que sustentava a sua família.

Porém, os incêndios e as queimadas que desde agosto encobrem nossos céus de fumaça têm me assustado e me preocupado. A agricultura de subsistência nunca foi capaz de tanto fogo, e é preciso saber desses focos. O uso do fogo já não cabe mais nas tecnologias do século 21, e essa tragédia cobra responsabilidade de todos nós. Aqui, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) traz a sua resposta com a nova Pesquisa de Inovação Semestral (PINTEC Semestral), realizada em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Inovação e boas práticas na indústria brasileira acontecem em intervalos extremos, indo de exemplos de excelência até bolsões de atraso. Essa é outra desigualdade, nem sempre vista como tal, entre tantas que desafiam o país e precisam ser superadas para que o Brasil possa consolidar um projeto nacional de desenvolvimento sustentável. Para orientar a formulação de políticas públicas que disseminem conhecimento, novas tecnologias, inovação e boas práticas, é indispensável produzir estatísticas sólidas que ajudem a traçar um panorama do real estado da arte

da indústria brasileira e apontar possibilidades de futuro. Nossa pesquisa está aderente ao programa Nova Indústria Brasil (NIB), porque é capaz de fortalecer o impulso de ciência, tecnologia e inovação a partir da sistematização de informações de qualidade. O caráter transversal desse trabalho o torna um eixo de apoio ao conjunto de missões da NIB.

Coerente com o nosso gosto pela inovação, construímos essa recém-lançada edição da PINTEC a partir de uma configuração inédita, aprofundando sondagens que buscam jogar luz sobre fatores que dificultam ou facilitam a inovação de iniciativas no setor público e privado e abordam práticas ambientais e biotecnologia, questões relacionadas a recursos hídricos e sólidos, eficiência energética, uso do solo, reciclagem e reuso, além de emissões atmosféricas — item que ressalta o acerto da sondagem proposta frente ao momento dramático causado pelos incêndios e pela fumaça que ocorrem de norte a sul do país. Além de investigar a visão empresarial acerca de instrumentos de políticas públicas, busca identificar relações de cooperação estabelecidas pelas empresas para a adoção de iniciativas ambientais.

Essas informações devem orientar os esforços da NIB relacionados à missão que trata de bioeconomia, descarbonização, transição e segurança energéticas, inclusive para garantir o legado dos recursos naturais às futuras gerações. O tema perpassa a missão de identificar e fortalecer cadeias agroindustriais sustentáveis para a segurança alimentar, nutricional e energética. Associa-se ainda a outras iniciativas do governo federal, como

a Política Nacional de Transição Energética, que atenta para a diversificação e o fortalecimento de fontes renováveis.

Todos esses esforços convergem para estimular o desenvolvimento a partir de relações sustentáveis com a natureza e seus biomas, de modo a possibilitar a geração de riqueza e sua distribuição justa e inclusiva. Nesse contexto, emerge o conceito de neoindustrialização, propondo o desenvolvimento industrial sustentável com foco na agregação de valor, na produção limpa, no consumo consciente e nas fontes renováveis de energia. A ABDI está comprometida e mobilizada para esse esforço, tanto que reestruturou sua organização corporativa para implantar a Diretoria de Economia Sustentável e Industrialização.

A PINTEC Semestral é uma ferramenta extraordinária disponibilizada à indústria nacional, com dados estruturados sobre motivações, resultados, os obstáculos e as soluções identificadas pelas empresas na busca por uma indústria mais limpa e ambientalmente sustentável. Aportando recursos técnicos e financeiros, mobilizando parceiros e direcionando esforços para as prioridades identificadas em pesquisa tão excelente e inovadora, a ABDI se alia aos esforços do governo brasileiro, do setor produtivo e, notadamente, da sociedade, que pede compromisso e urgência para o desenvolvimento sustentável do país.

Por fim, sinais de fumaça gritam de norte a sul do país, e esses incêndios devem ser apagados, mas não esquecidos. Estudos como a PINTEC alentam com alguma chance. Talvez, a última.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Quando o circo pega fogo

Em dezembro de 1961, num domingo de verão, o Brasil inteiro tomava conhecimento do que foi considerado o maior incêndio já registrado no país. Naquela ocasião, na cidade de Niterói, no Rio de Janeiro, um enorme incêndio consumia por completo o maior circo da América Latina, Gran Circo Norte-americano, deixando 503 mortos, dos quais 300 eram crianças. A causa dessa tragédia teria sido a imensa lona que cobria o circo, feita de uma mistura de algodão com parafina.

Nessa ocasião, o presidente da República era Juscelino Kubitschek, e o Brasil registrava uma população de aproximadamente 71 milhões de habitantes. Passados 63 anos, o episódio trágico, como tudo nesse país, caiu no esquecimento e poucos ainda se recordam do acontecido. Para os moradores de Niterói, ficou um certo temor e uma fobia contra espetáculos circenses de qualquer natureza. O que teria esse acontecimento do passado a ver com a situação atual de nosso país, cercado hoje por mais de 200 mil focos de incêndio, mergulhado na maior e mais escandalosa nuvem de fumaça de fuligem de toda a nossa existência como nação?

Por certo, no futuro distante, o ano de 2024 ficará registrado nos anais do país como o ano da calamidade nacional. A começar pelo Sul, vítima do maior dilúvio já registrado na região. Agora, Norte e Centro-Oeste são consumidos por chamas colossais, varrendo o que resta de cobertura vegetal e, com ela, milhares de animais silvestres, todos igualmente reduzidos a cinzas e mostrados ao vivo e a cores para todo o país e para o resto do mundo.

Alguns mais apressados correrão para anunciar que o Gran Circo Brasil está em chamas. Os rescaldos materiais desses fogos continentais ainda não são conhecidos. Talvez, um dia, venhamos a saber. Também não se conhece o número de vítimas humanas dessas queimadas. Por certo existem, e devem ser muitas. O fato aqui, e que corrobora para o prosseguimento dessas tragédias, é que não aprendemos nada com nossa história. E pior: buscamos não aprender nada, deixando que as culpas recaiam sempre nas costas daqueles que pouco ou nada podem fazer em sua defesa.

Os políticos brasileiros, em sua grande maioria, fazem até o impossível para serem eleitos. Uma vez no cargo, deixam de lado suas responsabilidades e miram apenas no poder que ser governo dá. Apenas uma pequena e ínfima minoria entende que governar, em um país como o nosso, é um apagar de incêndio diário. Para os demais, somente quando o fogo começa a lhes arder as vestes é que correm para agir.

Bastou o Distrito Federal ser coberto por grossas nuvens de queimadas para os ocupantes da Praça dos Três Poderes sentirem a necessidade de gritar: Fogo! O Congresso, como sempre, preocupado e envolto em questões argentárias de orçamento, pouco ou nada tem feito. Do mesmo modo, o Executivo, alheio ao que se passa além das janelas do Palácio, mesmo avisado com muita antecedência sobre os sinistros que viriam, resolve agora fazer reuniões para estabelecer estratégias visando, quem sabe, impedir que o país volte a arder em chamas.

Não há quem possa acreditar que o que não foi prevenido será, doravante, efetivado. É tudo uma grande pantomima a mostrar, mais uma vez, que os brasileiros, de modo geral, estão entregues à própria sorte. Não chega a ser surpresa que o Gran Circo Brasil, aquele cujo picadeiro fica em Brasília, está em chamas, sendo imolado no altar das vaidades e das políticas sem lastro na ética pública. Tivéssemos aprendido com os acontecimentos daquele longínquo dezembro de 1961, por certo não voltaríamos a nos reunir debaixo dessa lona.

» A frase que foi pronunciada:

“A nossa preocupação é que, ao longo do dia, com o aumento da temperatura e queda da umidade, esses focos possam se propagar novamente”

Coronel Pedro Aníbal, comandante operacional do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal

Alerta para alagamentos

Enquanto o DF permanece atrás de uma cortina de fumaça, as faixas de pedestres continuam sem tinta, as bocas de lobo não foram revisadas e não há contenção para as chuvas vindouras. Hora de prevenir.

Agenda

Hoje é dia da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados promover um debate virtual entre os pré-candidatos à presidência do Comitê Olímpico do Brasil (COB): Paulo Wanderley Teixeira, Marco Antonio La Porta e Yane Marques. O evento será realizado às 14h, no plenário 4, e atende a pedido do deputado Luiz Lima (PL-RJ), que será o moderador do debate.

Inclusão

Projeto incentiva produção cultural que busca incluir idosos. A proposta trata de idosos internados em instituições de longa permanência, asilos e residência assistida. Já que o deputado federal David Soares (União-SP) se empenhou tanto nesse objetivo, poderia simplesmente prever a participação de idosos com um aporte maior se forem de instituições.

» História de Brasília

Para os que querem entender demais, e que receitam a torto e a direito sem ser médicos, o nome da doença é laringite estridulosa. (Publicada em 18/4/1962)